

MOVIMENTO OPERÁRIO E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A Prática Libertária¹

Profa Ms Fabiola Angarten Felix²

RESUMO

Neste artigo pretendo discutir a respeito da formação, consolidação e dissolução do movimento anarquista no Brasil, tanto no que se refere às práticas operárias quanto educacionais. Traço, portanto, um panorama histórico das atividades anarquistas desenvolvidas em nosso país e discuto a importância das mesmas na formação de um novo ideário social.

PALAVRAS-CHAVE

Anarquismo; Movimento Operário; Pedagogia Libertária; Educação.

ABSTRACT

This article I intend to discuss about the formation, consolidation and dissolution of the anarchist movement in Brazil, both as regards the practice as educational workers. Trait, therefore, a historical overview of anarchist activities developed in our country and discuss their importance in the formation of a new social idea.

KEY WORDS

Anarchism; Labor Movement; Liberatory Pedagogy; Education.

¹ LABOR MOVEMENT AND EDUCATION IN THE FIRST REPUBLIC: Practice libertarian

² Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia (UNESP-FCL/CAr) e Mestre em Sociologia (IFCH-UNICAMP); Docente nas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia – UNIVAR, ministrando aulas de Sociologia e Antropologia. E-mail: biangarten@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

“Aprenda o mais simples!
Para aqueles cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC: não basta, mas aprenda!
Não desanime!
Comece!
É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!”

(Trecho do poema de Bertold Brecht, *“Ao Comando”*).

Este trabalho é resultado de um grande interesse pela participação de homens, pessoas comuns, que tiveram a oportunidade de descobrir seu papel ativo na sociedade, tal como ocorreu com os participantes do movimento anarquista no Brasil. Homens que tiveram a iniciativa de reação, de resposta, uma efetiva participação no processo social, fazendo valer a vontade do nascente grupo de operários, através das mais diversas formas de manifestações, tais como: imprensa, comitês, greves, escolas, entre outras.

Num primeiro momento, discuto os intelectuais que influenciaram na formação dos libertários brasileiros. A seguir, traço um panorama histórico do movimento anarquista no Brasil, desde o final do Período Colonial até os anos 90.

Após essa apresentação sobre a instituição dos ideais anarquistas no nosso país, passo a discutir sobre as influências desse movimento na educação brasileira. A constituição de escolas voltadas, especificamente, para uma formação anarquista e, até mesmo, a fundação de uma instituição de ensino superior com tais objetivos.

Toda a trajetória da Pedagogia Libertária – como ficaram conhecidas as propostas anarquistas na educação brasileira – sua implantação, seus momentos mais relevantes e, por fim, seu declínio, faz parte das reflexões aqui discutidas.

Nas considerações finais, procuro discutir a importância que as atividades anarquistas representaram na formação da história social e educacional brasileira e a paixão contagiante daqueles que compartilharam

tal movimento, bem como daqueles que ainda hoje se interessam pelo tema.

As concepções libertárias

O despertar de alguns homens para a mudança social, resulta nos avanços que vivemos desde os primórdios da história humana. Os ideários do movimento anarquista, ainda que apontados como utópicos, românticos, também promoveram questionamentos e situações de desconforto na estrutura social vigente na sociedade da época. Ainda que as práticas anarquistas nunca tenham sido colocadas, efetivamente, em prática, não podemos deixar de considerar as influências destas na sociedade brasileira, durante um período relativamente longo, desde o final do século XIX até o início do XX.

Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Robin, Ferrer são alguns intelectuais, teóricos do anarquismo que, com suas utopias, buscaram fundar uma sociedade mais humana, sem opressores nem oprimidos e, nesse trabalho de propagação dos seus ideais, influenciaram muitos libertários brasileiros. Paulo Ghiraldelli Jr. expressa um pouco desta utopia em seu livro **Educação e Movimento Operário**, de 1987, no qual afirma que,

“A qualquer hora, a qualquer momento, os trabalhadores poderiam cruzar os braços, as mulheres e as crianças sairiam às ruas gritando, a polícia abandonaria seus postos e se diluiria na multidão, a estrutura da sociedade capitalista estaria entrando em colapso e os sinos das catedrais dobrariam, pela última vez, para acompanhar o sepultamento da burguesia, do clero e do Estado. A greve geral destruiria a sociedade burguesa; sobre as ruínas da arcaica forma de vida social surgiria, então, a Anarquia: ‘O homem sobre a terra livre’”. (GHIRALDELLI, 1987: 116).

No final do Período Imperial e início do Republicano, foram fundadas algumas colônias anarquistas que precederam a implantação das concepções libertárias no Brasil. A mais famosa dessas iniciativas foi a Colônia Cecília, que surgiu em 1889 e foi extinta em 1894, sendo fundada e mantida por imigrantes italianos e tendo como grande idealizador o Dr. Giovanni Rossi, que

(...) recebeu de D. Pedro II a posse de 300 alqueires de terras, incultas e desertas, num local entre Palmeira e Santa Bárbara, no Paraná, e ainda a promessa de ajuda e apoio para o empreendimento (...) O grupo de idealistas embarcou no navio *'Citá di Roma'* em fevereiro de 1890; o regime imperial no Brasil havia sido derrubado a 15 de Novembro de 1889. Os fundadores da 'Colônia Socialista experimental' não podiam mais contar com a ajuda e o apoio prometido pelo Imperador. Contariam apenas com seus próprios esforços, com a vontade de vencer, mas nada os faria recuar. (GATTAL, 1996: 153-4).

De 1889 a 1920, o pensamento de esquerda no Brasil foi marcado pelo anarquismo, um movimento constituído por operários imigrantes que buscavam defender os interesses do nascente proletariado. Para isso tiveram várias iniciativas, entre elas, a fundação das chamadas Escolas Modernas que se baseavam nas concepções de Robin e Ferrer, que pregavam o ensino Integral e Racionalista, acreditava na ciência e combatiam a influência religiosa na educação.

Essas escolas se constituíam de forma autônoma, eram criadas e mantidas pelos trabalhadores, pois os ideais anarquistas se opunham à Igreja e ao Estado. Ferrer condenava as escolas católicas e a educação política das escolas laicas, sua proposta era de um ensino racional e científico, contra o ensino político e dogmático.

Esses setores mais combativos dos trabalhadores viam na educação uma ferramenta eficaz na luta contra a opressão, a ponto de pensar e colocar em prática os seus próprios meios educativos, além de denunciar as péssimas condições do ensino e das escolas e de criticar a política educacional e social do período.

Movimento operário: a prática libertadora

Com o surgimento do processo de produção capitalista, os trabalhadores foram despossuídos dos meios de produção e do saber técnico, a divisão social do trabalho gerou a hierarquização e a disciplina, *"o sistema de fábrica é como um universo (imaginário e real) onde são produzidas as relações sociais e onde se dá uma particular e decisiva apropriação do saber"*. (DECCA, 1993: 39).

O controle do processo de trabalho, pelos donos dos meios de produção, era fundamental para garantir uma maior eficiência na produção:

(...) para anular seu saber-fazer em termos de organização e modos de operação, sua autonomia em termos de ritmo de trabalho, suas conquistas sindicais em termos de controle de mercado de trabalho e impor mecanismos de intensificação de trabalho, da utilização de maquinário, das condições de remuneração, os industriários promoveriam a fragmentação-especialização de funções a simplificação-padronização de movimentos, redimensionando a natureza do poder e da autoridade no universo fabril. (ANTONACCI, 1987: 63).

Durante a primeira República ocorreram as primeiras manifestações do proletariado urbano, os primeiros movimentos reivindicatórios, haja vista a absurda exploração e opressão feita pelos capitalistas. Foi durante a realização do I Congresso Operário Brasileiro, que o movimento operário recebeu uma grande influência dos libertários. Proudhon, um dos mais importantes teóricos anarquistas, bastante considerado no Brasil, tinha uma posição acirrada contra o processo de produção capitalista, para ele a indústria assim como as ciências jamais poderia ser dividida, nem reduzida a rotina, sob pena de perecer. O homem deve ter acesso ao universo de conhecimentos e funções a fim de se tornar uma pessoa completa e autônoma.

Na primeira década do século XX, as idéias libertárias eram hegemônicas no movimento operariado, seus adeptos eram, basicamente, imigrantes que conservavam uma grande relação com as lutas sociais da Europa. Utilizavam a imprensa (escrita) operária para divulgar as teorias socialistas e libertárias, participavam de reuniões políticas, onde tratavam principalmente dos interesses do proletariado, mas também era o momento de divulgação dos jornais, de atividades culturais (músicas, poesias, etc.), de conferências com homens respeitados entre os anarquistas, e a segunda parte era o momento das discussões e conferências.

(...) as noitadas, nas 'Classes Laboriosas', eram divididas em duas partes: vendiam-se jornais – "A Lanterna", jornalismo anticlerical, e "La Difesa", jornal socialista; faziam-se rifas de objetos e de livros; tudo em benefício dos próprios jornais e

para o aluguel do salão e assistiam-se a participação literimusal (...). (GATTAL, 1996: 170).

Os libertários se posicionavam veementemente contra os partidos e a Igreja, na sociedade civil e ao Estado e à máquina governamental, na sociedade política, combatiam ferozmente a sociedade burguesa e a opressão imposta pelo sistema capitalista. De acordo com suas teorias utópicas, a sociedade libertária teria grupos organizadores que sugeririam direcionamentos, os homens deveriam assumir as responsabilidades da sociedade para serem livres.

Dada à constituição do sistema de produção capitalista, o operariado lutou na construção de sua identidade de classe, definindo-se na sua revolta diária contra as condições que lhe eram adversas e contra os projetos sociais das instituições.

Almejando a revolução social, os libertários buscavam, entre os homens que constituíam a classe operária, criar mentalidades capazes de impulsionar o processo de mudança social. Para isso utilizaram da educação que

(...) não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução, mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado. (LUIZZETTO, 1987: 42).

Educação: a prática libertária

A história da educação brasileira, tal como se apresenta, foi basicamente 'alienante', tanto na transmissão e construção do conhecimento, quanto na formação da cidadania. A educação sempre esteve articulada com os interesses dominantes, através de sua prática pretendia-se 'salvar a Nação', disciplinar o trabalhador, entre outros projetos. A educação pública destinava-se a não libertar os homens, a criar 'cidadãos-soldados' prontos para obedecer e defender a ordem estabelecida. A passividade e a acriticidade eram pontos fundamentais na educação das classes populares.

Numa perspectiva de transformação social, o ato educativo deveria ser mais solidário às formações de classe, foi com essa mentalidade que a educação foi admitida entre o movimento libertário.

Os libertários não acreditavam que a educação poderia propiciar, por si só, um mundo melhor, eles lutavam pela educação popular por considerá-la parte fundamental do projeto de ruptura social. O compromisso do movimento era com uma transformação social e a educação poderia criar mentalidades e vontades libertárias que tivessem o poder de impulsionar o processo de mudança.

A Pedagogia Libertária deveria lutar ao lado dos explorados, deveria propiciar uma completa formação do trabalhador, para que o Estado e a Igreja, entidades representantes do capitalismo, não mais os oprimissem. Através do domínio da ciência, o trabalhador poderia decidir sobre seu destino e, dessa forma, acabaria a exploração.

Os libertários combatentes do ideário do Estado, da Igreja e da burguesia, nunca defenderam uma política educacional, propriamente dita, visavam uma mudança educacional a partir da reformulação pedagógico-didática. Para isso adotaram os princípios da 'Escola Racionalista', idealizada por Francisco Ferrer, e da 'Escola Integral', idealizada por Robin. Foram estas as pedagogias experimentadas pelos anarco-sindicalistas brasileiros nas 'Escolas Modernas'.

As 'Escolas Racionalistas', tinham como principal meta de trabalho a solidariedade e o apoio mútuo visavam formar o homem solidário, livre, interessado pelos problemas sociais e interessado na propagação dos ideais anarquistas. O método da pedagogia 'Integral e Racionalista' baseava-se na ciência, buscava o desenvolvimento de todas as faculdades do homem – físico, intelectual e moral – e considerava fundamental para o processo de aprendizagem a valorização das características de cada educando e o respeito por seus interesses; o professor deveria colaborar para desenvolver as aptidões naturais dos alunos e jamais oprimi-los; nessa escola não havia prêmios, nem castigos, o processo de ensino era mais valorizado do que os resultados; pregavam a co-educação sexual e social, englobando, numa mesma sala, homens e mulheres de diferentes situações financeiras.

O Estado e a Igreja, para os libertários, eram sustentados pela burguesia que, através dessas instituições, oprimia a classe proletária, por isso os integrantes do anarco-sindicalismo condenavam o ensino público-estatal e o ensino religioso, e decidiram, no II Congresso Operário Brasileiro, que os sindicatos deveriam assumir a educação das crianças de origem proletária.

As escolas libertárias iniciaram na primeira década do século XX e se espalharam por grande parte do território nacional, os componentes do movimento anarquista, estavam sempre buscando alternativas para garantir a manutenção das escolas, pois os operários tinham dificuldade para pagá-las.

A educação libertária, além das escolas de alfabetização, também teve outras iniciativas pedagógicas, como a Universidade Popular e os Centros de Estudos Sociais.

Em 1904, um pouco antes do anarco-sindicalismo ser considerado um movimento bastante enraizado no meio operário, a Universidade Popular foi fundada. Uma obra de literatos e intelectuais anarquistas que foi criada para educar trabalhadores. A Universidade Popular deveria ministrar o 'Ensino Superior Positivo', que compreende as áreas científicas e filosóficas, e deveria tornar-se um centro de lazer e cultura. Para Fábio Luz, um dos fundadores da Universidade Popular, a entidade deveria ser o germe de um "*movimento de libertação dos trabalhadores*" (GHIRALDELLI, 1987), para que fosse possível obter uma sociedade igualitária.

Uma das mais importantes iniciativas do movimento libertário foi a criação dos 'Centro de Estudos Sociais', pequenas associações onde, através do ensino mútuo, os membros educavam-se segundo as teorias libertárias. Essas atividades de interação propiciavam uma importante integração entre brasileiros e imigrantes, que trocavam conhecimentos, e os imigrantes contribuíam muito com suas bagagens históricas vivenciadas nas lutas sindicais européias.

É muito claro que o movimento operário tinha interesses antagônicos aos projetos pedagógicos propostos pelo Estado e pela Igreja. Essas instituições burguesas (como consideravam os libertários),

visavam inculcar uma idéia nacionalista e progressista, através da educação, como é possível identificar nos projetos chamados “entusiasmo pedagógico” e “otimismo pedagógico”.

Por causa dessas diferenças de interesses, em 1919, o diretor geral de instrução pública de São Paulo fechou os estabelecimentos de ensino fundados pelos libertários, alegando que estes não cumpriam as exigências legais de funcionamento. Assim, quando a repressão ao anarco-sindicalismo tornou-se mais intensa, as escolas foram fechadas e os professores perseguidos pela polícia.

Desta maneira, suprimiu-se a primeira incursão das idéias anarquistas no Brasil. Após todo um período de repressão, é possível encontrar algumas ‘Escolas Modernas’ que, moderadamente, estão voltando a fazer parte da realidade social brasileira e a ‘Escola Politécnica’, que mantém seus fundamentos baseados nos ideais anarquistas que nos anos 90 foi uma proposta bastante cogitada no meio intelectual brasileiro e defendida por educadores renomados, como Dermeval Saviani.

Considerações Finais

A princípio, o objetivo neste estudo era o de conhecer e compreender a atuação do movimento libertário no Brasil, por que surgiu? Quem eram os protagonistas desse movimento? A educação libertária pretendeu mostrar que ser anarquista significa deixar-se impregnar pela preocupação com o social e agir de acordo com esse princípio. Foi envolvido nesse pensamento que o proletariado nascente iniciou um movimento revolucionário que visava combater o sistema social vigente, que oprimia e massacrava os trabalhadores.

Em oposição à estrutura social capitalista, que buscava fazer do homem uma mercadoria, capaz de produzir e de gerar lucros para os detentores dos meios de produção, é que os libertários se uniram num movimento que pretendia resgatar o sentido de coletividade, que buscava uma nova sociedade onde não haveria exploração, nem alienação, nem diferenças.

A prática educacional brasileira, assim como seu sistema social e político, sempre teve um cunho liberal, onde a ideologia tecnoburocrática predominava, aliada a formação de mão de obra. Essa educação liberal procurava formar o homem individual, sem laços de solidariedade, para que não tivesse condições de se unir em prol da luta contra a organização social vigente. Sendo assim, para o setor reacionário brasileiro, a educação assumiu o papel principal na perpetuação do sistema capitalista. Enquanto que, para os libertários, a educação, aliada a outras facções sociais, como o movimento operário, assumiu o papel de colaborar na transformação social, formando mentalidades revolucionárias, visando proporcionar ao homem a liberdade total do seu ser.

O movimento libertário teve origem com os imigrantes europeus que almejavam a criação de uma sociedade sem Estado, com um poder autônomo do proletariado, uma sociedade fraterna, auto governada. Para consolidar seus ideais, procuravam formar uma consciência revolucionária entre os operários, pois acreditavam que, a partir de uma greve geral, destituiriam o poder da burguesia. Por isso eram considerados utópicos.

A resolução dos problemas da sociedade capitalista era extremamente simplificada para os libertários, pois acreditavam que através da greve geral tudo seria resolvido. Não admitiam as transições sociais, mediante as quais gradativamente uma classe suprimiria a outra, como defendeu Karl Marx. Para eles o Estado não deveria existir, nem como uma 'muleta' para o alcance da futura sociedade anarquista e a ditadura do proletariado era abominada, considerada como um meio de opressão e não como um necessário período de transição onde se efetivariam as condições materiais para a construção do socialismo, para a supressão das classes e para a passagem para uma sociedade sem classes e sem Estado.

No Brasil, logo no início do século XX, os libertários foram 'esmagados' assim que começaram a preocupar a elite dominante que, ao sentir suas perspectivas ameaçadas, acabou com o movimento. A partir dos anos 60, o movimento anarquista mundial ressurgiu, com

posições mais moderadas com relação às instituições sociais e tendo argumentos mais objetivos quanto à sua postura antiautoritária. Contudo, continuou lutando contra a opressão, contra a alienação e contra as ideologias da sociedade capitalista.

Nos anos 90, era possível encontrar ‘Escolas Modernas’ no Brasil que, timidamente, buscavam caminhar em direção ao alcance dos seus próprios objetivos. Nesse momento histórico, a discussão sobre a Escola Politécnica também foi bastante recorrente no país, educadores como Dermeval Saviani, Silvio Galo, entre outros, lutaram pela inclusão dessa educação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Proudhon propôs a Escola Politécnica, a fim de superar a alienação acarretada pela divisão social do trabalho. Essa escola seria o oposto da proposta de fragmentação e divisão, pois pressupunha a pluralidade, a compreensão do múltiplo domínio de uma realidade interdependente. Sua proposta se efetivaria nas oficinas-escolas, pois cada indústria deveria manter oficinas de aprendizagem. A Politécnica seria a educação não alienante, mais justa, conscientizadora e a partir dela, o indivíduo teria um papel ativo na sociedade.

Ainda que com um ideal utópico, é inegável a importância do movimento libertário no Brasil. Num país caracterizado por movimentos reformadores sempre impulsionados pela classe dominante, no qual a participação da sociedade civil, nos assuntos da nação, era fundamentalmente irrisória, o movimento libertário conseguiu, ainda que por um curto período de tempo, se desgarrar do senso-comum e reunir homens que, num mesmo impulso, buscavam uma sociedade mais justa.

“Está ao alcance das Mãos-experientes.
Como é antigo o passado recente
Dentro de mais alguns instantes
De novo tudo igual ao que era antes...”

(“Qualquer Negócio” – Titãs)

Referências Bibliográficas

ANTONACCI, M. A. Martines. *“Institucionalizar ciência e tecnologia em torno da fundação do IDORT (SP, 1918 – 1931)”*. **Revista Brasileira de História**, v.7, n.14, mar-ago, 1987, p. 59-78.

DECCA, Edgar S. de. **O Nascimento das Fábricas**. SP: Brasiliense, 9 ed., 1993.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. SP: Moraes, 6 ed., 1986.

GATAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. RJ: Record, 23 ed., 1996.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Educação e Movimento Operário**. SP: Cortez – Autores Associados, 1987.

LOURENÇO Filho, M.B. *“A Educação, problema nacional”*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v.65, n.150, maio-ago, p. 369-83.

LUIZETTO, Flávio. **As Utopias Anarquistas**. SP: Brasiliense, 1987.

MACHADO, L.R.S. **Politécnica Escola Unitária e Trabalho**. SP: Cortez, 1989.

PAULO, Heloísa H. de Jesus. *“O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939 – 1945)”*. **Revista Brasileira de História**, v.7, n.14, mar-ago, p. 99-113.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **La Guerra et la Paix – Tome premier**. Paris: Editions Tops/ H. Trinquier, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon et. al. **Tempos de Capanema**. RJ: Paz e Terra, SP: Edusp, 1984. Cap. 2: *“Políticas e ideologias da educação”* e Cap. 6: *“A Reforma da Educação”*.